

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Corrêio Braziliense

Class.: 70

Data: 30/11/80

Pg.: _____



Europeus vão conhecer a situação dos indígenas brasileiros através de um representante da raça

Índios do Canadá não aceitam Constituição

Roterdã, Holanda. O projeto de Constituição do Canadá foi severamente condenado ontem, na cidade holandesa de Roterdã, por representantes dos índios daquele país, participantes do Tribunal Russell, que julga os crimes cometidos contra os direitos dos indígenas do continente americano.

A Constituição canadense deve ser aprovada pelo Parlamento britânico. Mas, como os índios não foram ouvidos, para a elaboração da nova Carta, eles reclamam que tudo o que se refere ao projeto de Constituição deve ser objeto de uma negociação tripartite, entre os índios, a Coroa Britânica e o governo do Canadá.

Os índios disseram ainda que se a nova Carta entrar em vigor do jeito que está, o país e a Grã-Bretanha "estariam faltando

com seus compromissos históricos". E advertiram que não aceitarão nada que não passe pela sua aprovação.

Os índios canadenses consideram que assinaram tratados como nação com a Coroa britânica "e exclusivamente com a Coroa britânica", e qualquer lei que afete tais acordos deve contar com o consentimento deles.

A nova Constituição preocupa os índios canadenses particularmente porque não menciona nenhuma referência ao direito de propriedade dos indígenas nem à sua autodeterminação.

Os representantes indígenas desejam que a nova Constituição reconheça o direito dos índios de ocuparem-se de sua própria administração e que sejam reconhecidas também suas reivindicações em geral.

Com relação ao tratado tri-

lateral que reclamam, pediram também que uma organização internacional se encarregue do controle de sua aplicação. Finalmente, que esse acordo reflita o respeito ao Direito Internacional (sob o qual desejam estar amparados) e aos direitos humanos.

O Tribunal Federal de Recursos acolhendo o voto do Ministro Adhemar Raimundo, decidiu que as terras da antiga colônia Tereza Cristina, localizadas no município de Rondonópolis, em Mato Grosso, pertencem aos índios Bororós, que nelas habitam, desde o tempo do Império. Na decisão, o TFR determinou que a área ocupada pelos índios Bororós constitui reserva daquela nação e que sob hipótese alguma pode ser negociada a terceiros.

A decisão do TFR foi proferida durante julgamento de ação de reintegração de posse

proposta na Justiça Federal do estado de Mato Grosso, pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, contra José Pinto e sua mulher, que, apresentando títulos de terras dentro da referida área, vinha derrubando matas e fazendo picadas para a construção de cervas, com prejuízo para o pastoreiro e alimentação do gado da referida tribo e de sua movimentação para caça. Na ação, o antigo Serviço de Proteção ao Índio sustentou que a área foi reservada aos Bororós por ato governamental.

A denúncia foi feita pelo agente Antônio Moraes ao Chefe da Inspeção de Cuiabá, que acionou o SPI, que corresponde à atual FUNAI.

Ao definir a questão, o TFR determinou a imediata anulação de quaisquer possíveis registros de títulos de terras, dentro dos limites das terras dos Bororós

Eles têm medo de mim, diz Juruna

Cacique Xavante afirma que índios morrem de fome

Roterdã, Holanda - O líder indígena brasileiro, Mário Juruna, da tribo Xavante, chegou ontem à tarde à Holanda, depois de vencer no Brasil uma batalha judicial para obter seu passaporte.

Juruna, de 38 anos, não vinha conseguindo êxito em seus esforços de obter o passaporte para presidir o Tribunal Russell de direitos indígenas nas três Américas.

Ele havia sido solicitado pela Fundação de Paz Bertrand Russell a presidir o júri, mas a Fundação Nacional do Índio (Funai), negava-lhe permissão para viajar conforme disseram seus amigos em Roterdã.

Na quinta-feira, um tribunal do Brasil decidiu que Juruna tinha o mesmo direito de viajar atribuído a qualquer cidadão brasileiro.

Ao chegar ontem ao aeroporto Schiphol de Amsterdã, Juruna disse: "A decisão judicial deve ser vista como uma advertência

para a Funai, de que os índios não podem mais ser tratados como minoria".

Juruna disse que as pressões exercidas pelos organizadores do Tribunal Russell em Roterdã, foram decisivas para a concessão do passaporte.

Na carta que mandou ao tribunal na semana passada, Juruna citou a proibição da viagem escrevendo: "Eles têm medo de mim porque não sou um índio ignorante. Eu compreendo o problema, a pobreza da comunidade indígena, peço que as autoridades e a imprensa ajudem os índios, que não têm terra e estão morrendo de inanição".

O Tribunal Russell encerra-se hoje, ao fim de sete dias de coleta de provas de violação de direitos humanos praticados contra os indígenas no continente americano.

Juruna será o presidente do júri de 15 membros que apresentará o veredito sobre os casos apresentados em Roterdã, disse um funcionário do tribunal.



Terá o Tribunal soluções para os índios?